

RESENHA

DO MATERIAL

AO IMATERIAL:

PATRIMÔNIOS CULTURAIS DO BRASIL.
CORÁ, MARIA AMELIA JUNDURIAN. SÃO
PAULO: EDUC: FAPESP, 2014. 360p.

SARA SANTOS MORAIS, INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL,
BRASÍLIA-DF, BRASIL.

Mestre em Antropologia Social pelo Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília (UnB).
Atualmente é técnica em antropologia do Iphan. E-mail: <sarasmorais@gmail.com>.

DOI

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i21p140-148>

A publicação do Decreto 3.551, a 08 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio do Brasil e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), desencadeou não apenas a atuação do Estado junto a grupos historicamente à margem de políticas públicas de patrimônio, como também suscitou e aqueceu o debate acadêmico e o lançamento de publicações sobre o tema, cujo volume e densidade vêm crescendo nos últimos 15 anos. Desde então, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) vem implementando políticas voltadas para a valorização, o reconhecimento e o apoio sustentável do chamado patrimônio imaterial brasileiro (denominado, até então, de folclore ou cultura popular), a partir de ações de inventários, proposições de registros e projetos de salvaguarda, desbravando um campo de atuação institucional e ação profissional inexplorados. Apesar do surgimento de um conjunto bibliográfico apreciável, não havia, porém, nenhum estudo de fôlego que iluminasse os meandros do processo mais amplo de institucionalização das políticas patrimoniais, com ênfase no PNPI.

Preenchendo essa lacuna, *Do Material ao Imaterial*, originalmente tese de doutorado defendida junto ao Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), de autoria de Maria Amelia Jundurian Corá, fornece aos estudiosos e interessados no

tema um panorama abrangente do contexto político, dos marcos teóricos e dos pressupostos ideológicos subjacentes a tal processo. Os dados apresentados por Corá, construídos por meio de entrevistas com agentes que “participam e legitimam essa política cultural” (p. 29), como técnicos do Iphan, consultores e detentores de bens culturais registrados, bem como da leitura e interpretação de documentos oficiais produzidos pelo Iphan e bibliografia especializada, retraçam o percurso de implantação e aperfeiçoamento deste programa de governo muitas vezes relegado a um simples ponto de apoio à criação do instrumento do registro do patrimônio imaterial.

Nas palavras da autora, o objetivo geral do livro é “compreender o papel do Estado na valorização da política cultural e das próprias manifestações culturais, a partir de uma dinâmica em que o mercado e a sociedade são trazidos como agentes do campo da cultura.” (p. 20). Mais concretamente, o problema central enfrentado pela pesquisa recaiu sobre os avanços e limitações do PNPI desde sua criação, assim como sobre os impactos gerados pela sua implantação na política cultural brasileira e na dinâmica dos bens culturais registrados como Patrimônios Culturais do Brasil. Em linhas gerais, a autora defende que o PNPI promoveu uma série de atividades que resultaram na efetiva implantação da política de patrimônio imaterial no Brasil, dentre as quais ações de apoio e fomento à salvaguarda do patrimônio imaterial brasileiro, mas também outras, de ordem mais institucional, como a criação do Departamento de Patrimônio Imaterial em 2004 e a realização de concurso com vagas para técnicos formados em ciências sociais (antropologia) e história.

O livro é estruturado pela introdução, seis capítulos e as considerações finais e pode ser recortado em três temas principais: 1) Estado e políticas culturais e patrimoniais; 2) Implantação da política federal de patrimônio imaterial no Brasil e 3) Impactos da salvaguarda nas dinâmicas de produção e reprodução dos bens culturais registrados. Além disso, há quadros sinópticos produzidos pela autora que organizam as informações processuais e cronológicas, o que facilita a leitura daqueles que não estão familiarizados com o contexto das políticas federais de patrimônio no Brasil.

Antes de avançar, é preciso notar que o livro acumula um conjunto muitas vezes heterogêneo de questões e temáticas em cada capítulo sem que a discussão se esgote, extrapolando-a para os capítulos seguintes.

A título de sugestão, a autora poderia condensar alguns destes, o que tornaria sua argumentação mais enfática e precisa. O preâmbulo teórico conceitual delineado, por exemplo, não desemboca no exercício analítico proposto nos demais capítulos, gerando confusões de algumas ordens, como aquelas observadas entre os termos cultura e patrimônio, uma abordagem simplificadora do conceito de identidade e a falta de elucidação sobre a noção de referências culturais.

Na seção introdutória, a autora delinea quatro frentes de discussão que serão retomadas com maior ou menor ênfase nos capítulos subsequentes. Em primeiro lugar, a fim de discutir as mudanças ocorridas no campo da cultura popular em relação à sua reapropriação como patrimônio imaterial, parte de uma revisão conceitual das noções de memória, tradição e identidade, vetores incontornáveis para a compreensão ideológica da construção de uma “cultura nacional”. Em seguida, a autora se volta para a análise da criação do Iphan, órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro criado em 1937, com o intuito de argumentar que o mesmo cristalizou um conjunto de princípios e critérios que definiu e circunscreveu o repertório de bens que vieram a ser erigidos como patrimônio da nação, símbolos da identidade nacional. Em terceiro lugar, a discussão concentra-se na implementação da Política de Patrimônio Imaterial no Iphan através da publicação do Decreto 3.551/2000, enfatizando a dinâmica de execução do PNPI, possibilitada por uma conjuntura favorável que articulou responsabilidades compartilhadas entre Estado e detentores de bens culturais. Aponta, por fim, que os parâmetros instituídos pela política de patrimônio imaterial apresentaram, em relação à cultura popular, um tratamento diametralmente oposto àquele defendido pelos folcloristas. Segundo ela, tal inflexão, a um só tempo teórica, política e ideológica, favoreceu a identificação de bens culturais brasileiros, uma vez que os temores e um certo romantismo que impregnavam as propostas e iniciativas de intervenção dos folcloristas foram superadas pela consideração dos bens culturais em contextos contemporâneos de produção e reprodução que levam em conta as suas transformações e dinâmicas de circulação.

No Capítulo 1, “Debates e Usos das Culturas”, Corá aponta a importância das instituições públicas que atuam diretamente com políticas culturais, vistas como protagonistas na dinamização das redes de mobilização local.

Embora não fique claro de que instituições trata a autora, ela afirma que redes que se formaram são fundamentais para uma gestão satisfatória da política cultural, pois “favorece[m] a descentralização dos recursos, considerando que há um maior número de grupos envolvidos no processo.” (p. 66). O PNPI, ao concentrar suas prioridades de ação na salvaguarda dos bens culturais, disponibilizaria maneiras sustentáveis para a continuidade de práticas comunitárias, respeitando modos locais de produção e auxiliando na distribuição mais igualitária dos recursos disponíveis em seus universos culturais e econômicos.

No intuito de especificar a divisão institucional das áreas de atuação do Departamento de Patrimônio Imaterial – responsável pela gestão do PNPI –, Corá descreve a estrutura geral e a dinâmica de funcionamento das atividades desenvolvidas no âmbito do programa, destacando as atribuições das coordenações que integram o departamento: identificação (pesquisas, mapeamentos, etc.), registro (reconhecimento do patrimônio imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil) e salvaguarda (ações de apoio e fomento a bens culturais registrados). Conclui que a integração de todas essas atividades na formulação de ações que tentam considerar a multiplicidade de demandas dos mais diversos grupos detentores de saberes tradicionais nem sempre é de fácil apreensão em um programa de governo da monta do PNPI.

O Capítulo 2, intitulado “Patrimônio – do material ao imaterial”, apresenta discussão sobre os primórdios da construção da política de patrimônio imaterial no Brasil e o contexto da ação internacional no tema, com foco nas publicações das convenções da Unesco e sua considerável repercussão nas políticas patrimoniais dos países que as ratificaram. A viabilização de instrumentos técnicos e procedimentos metodológicos no processo de patrimonialização de bens culturais foi, segundo a autora, fundamental para a constituição de um campo político voltado ao reconhecimento e à valorização da então denominada cultura popular. Ao comentar sobre a publicação do Decreto 3.551/2000, instrumento para patrimonialização de bens imateriais no Brasil, Corá afirma que o processo de registro dos bens culturais de natureza imaterial se dá “por meio da metodologia de Inventário Nacional de Referências Culturais” (p. 96).

Ora, não há nenhum documento oficial do Iphan que obrigue a utilização de INRC na instrução de processo de registro, embora a “metodologia” tenha sido privilegiada em muitas delas. A própria Resolução

nº 001, de 3 de agosto de 2006, que determina os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de registro de bens culturais de natureza imaterial, não é restritiva no que se relaciona a modos de produção de conhecimento sobre o bem, indicando apenas que o requerimento para instauração de processo deve apresentar, entre outras coisas: informações básicas sobre o bem, documentação mínima disponível, adequada à natureza do bem, tais como fotografias, desenhos, vídeos, gravações sonoras ou filme, referências documentais e bibliográficas disponíveis (Artigo 4º, Incisos IV a VI).

Este capítulo fornece ainda discussão teórica sobre os termos tradição e identidade, relacionando-os à questão da memória, com vistas à compreensão dos processos de patrimonialização nacionais. A noção de patrimônio, segundo a autora, designa um conjunto de práticas culturais fundadas na tradição que permite a identificação dos indivíduos com seu grupo, os quais se reconhecem através de sua memória coletiva. É (o patrimônio) “uma forma de identificação de um espaço, de um tempo e de um grupo que o utiliza para se referir a uma estrutura ou formação social.” (p. 81).

O Capítulo 3, “Estado e cultura: as bases da política cultural brasileira”, resgata a influência do instigante e pouco explorado Centro Nacional de Referências Culturais (CNRC) – fundado por Aloísio Magalhães em 1975 – que possuía como principal objetivo “propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros.” (p. 123). É atribuída a Magalhães uma perspectiva mais ampla e moderna de patrimônio, que ancorava a questão patrimonial ao desenvolvimento econômico do país, no intuito de identificar referências para criar indicadores que possibilitassem a estruturação de um modelo de desenvolvimento alicerçado na diversidade cultural brasileira. É importante acrescentar que o CNRC produziu ressonâncias nas bases teóricas que propiciaram a criação do INRC. A noção de referências culturais, por exemplo, foi retomada pelos agentes à frente da discussão que deu origem ao Decreto 3.551 e ao INRC no Iphan – muitos dos quais, inclusive, haviam trabalhado no CNRC –, gerando não só certa continuidade institucional de cunho teórico-metodológico, mas também de prosseguimento do caráter participativo e inclusivo respaldado pelas iniciativas anteriores.

No Capítulo 4, “O Iphan e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, a autora discute a implantação do PNPI a partir dos recursos disponibilizados pelo Iphan para tal objetivo, além da capacidade estrutural da Instituição na inserção de um novo programa de governo no rol de suas atividades. Para tanto, a autora descreve brevemente as atribuições da Instituição e sua estrutura organizacional. Das diversas responsabilidades atribuídas ao Departamento de Patrimônio Imaterial, Corá concentra-se em três delas: a difusão do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), o registro dos bens culturais de natureza imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil e a execução do PNPI. Discorre brevemente sobre a perspectiva trazida pela política de patrimônio Imaterial, cuja ênfase recai no reconhecimento cultural do país a partir das demandas de reconhecimento dos próprios detentores dos saberes, diferindo da lógica do Tombamento que impera no patrimônio material.

Corá comenta que o início do PNPI contou com uma ampliada difusão e apropriação do INRC pela sociedade civil e pela Academia. É necessário apontar que, vinculado aos objetivos mais amplos de conhecer e reconhecer os bens imateriais brasileiros, o INRC é fruto de uma série de iniciativas e propósitos que tinham como objetivo produzir informações e levantamentos das referências culturais para subsidiar a formulação das políticas patrimoniais pelo Iphan. O capítulo demonstra ainda que o Centro Nacional de Folclore e Cultural Popular (CNFCP) foi encarregado de desenvolver pesquisas-piloto em 2001 utilizando o recém-publicado Manual do INRC. Destes inventários surgiram quatro registros de bens culturais imateriais (Ofício das Baianas de Acarajé, Viola de Cocho, Bumba-meu-boi no Maranhão, Modo de Fazer Cuias no Baixo Amazonas), embora em alguns casos a participação do CNFCP tenha se restringido a uma fase específica do processo de registro ou da pesquisa.

A descentralização da execução e do acompanhamento das atividades do PNPI foi apontada, ainda no capítulo 4, como fundamental para uma boa atuação do Iphan no sentido da sua efetividade nos estados. Infelizmente, como coloca a autora, o número irrisório de servidores que compõem o corpo técnico especializado para lidar com patrimônio imaterial, e mesmo a sua inexistência em algumas Superintendências estaduais, coloca em risco a execução do programa, pois “não há pessoal

suficiente para gerenciar programas, projetos e ações nas áreas de identificação, registro, acompanhamento e valorização do patrimônio cultural de natureza imaterial, por meio dos planos de salvaguarda” (p. 169). Vale acrescentar que esse número diminuiu ainda mais desde a investigação da pesquisadora. Junte-se a esse cenário a falta de apropriação da embrionária política, seja pelo público externo (comunidades detentoras), seja pelo aparelho burocrático do Estado.

A compreensão do universo dos bens registrados – sua dispersão pelo território brasileiro, as motivações dos pedidos de reconhecimento e os desafios enfrentados na salvaguarda – é escrutinada no Capítulo 5, denominado “Patrimônios Culturais do Brasil”. A discussão contida nesta parte do livro lança luz à questão da abrangência dos bens culturais em determinado território, frequentemente mais ampla do que a circunscrição das pesquisas (inclusive as realizadas com INRC) consegue abarcar. Ressaltamos que as descrições sobre o bem, apresentadas no Dossiê de Registro, exercem impacto direto nas escolhas e atividades construídas posteriormente nos planos de salvaguarda. As diferentes motivações para o desenho desses planos, a importância da construção de redes e parcerias que permitam o acesso dos detentores a outras políticas públicas, as estratégias de transmissão do saber às gerações mais novas e as ações de preservação que visem à sustentabilidade do bem são temas discutidos no capítulo 6 (“Transformações e Impactos nos Bens Culturais após o Registro de Patrimônio Cultural do Brasil”).

Por fim, nas Considerações Finais, a autora enfatiza que o PNPI promoveu mudanças importantes em relação à atuação das políticas culturais, “trazendo a cultura popular para o campo do patrimônio” (p. 309). A explanação sobre o papel do Estado e de organismos internacionais como a Unesco enquanto formuladores de políticas públicas voltadas ao patrimônio pode ser considerado o ponto forte do livro.

Deslizes cometidos em relação a algumas noções e procedimentos institucionais (“quem elege os patrimônios são os técnicos do Iphan”, p. 82; “o inventário constitui a primeira etapa do processo de registro de um bem cultural”, p. 203), embora fragilizem alguns argumentos, não prejudicam a leitura mais ampla do livro. Os questionamentos colocados pela autora são fonte importante para outras discussões, permitindo avançar

as reflexões sobre a atuação dos órgãos de gestão do patrimônio imaterial e a produção acadêmica sobre o tema. Além disso, *Do Material ao Imaterial* possui o mérito notável de demarcar, de maneira inédita, o contexto e os eventos estruturantes na consolidação no PNPI, tornando sua leitura evento inadiável para aqueles que desejam compreender as diversas facetas das políticas patrimoniais no Brasil e abrindo novas frentes de investigação, especialmente no tocante às interfaces e interrelações entre bem registrado e mercado.

Resenha recebida em: 05/03/2016

Resenha aprovada em: 13/05/2016